

Refis 2025 da Prefeitura termina em uma semana

Programa oferece descontos de até 70% em juros e multas

Firmino Piton/ Prefeitura de Campinas

Os contribuintes de Campinas (SP) que quiserem negociar dívidas junto a Prefeitura têm até o dia 9 de dezembro para aderir ao Refis 2025. O programa oferece descontos de até 70% em juros e multas e não será prorrogado.

Para alguns casos existe a possibilidade de atendimento presencial, entre eles quando a adesão for feita por tutor, curador, procurador ou inventariante, ou, ainda, por pessoas com mais de 80 anos. Mas, é preciso agendar pelo Portal de Serviços: <https://campinas.sp.gov.br/servico/agendamento-atendimento-tributario-porta-aberta>

Para quem vai pagar a dívida de IPTU à vista, a emissão da guia pode ser feita direto pelo site da Prefeitura, só com o código cartográfico do imóvel, que está disponível no carnê do imposto. O link para acessar o serviço é o <https://campinas.sp.gov.br/servico/demonstrativo-de-debito-de-imovel-e-guia-de-pagamento-iptu>

Para quem vai parcelar os débitos, a negociação é feita pelo Ambiente Exclusivo. O credenciamento pode ser feito 100% de forma virtual. Basta acessar o "Ambiente Exclusivo Finanças" no Portal do Cidadão (<https://cidadao.campinas.sp.gov.br/>) e solicitar o credenciamento, que poderá ser feito por uma das três seguintes maneiras:

Primeiro: logando com a senha do gov.br (meio de acesso



Secretaria Municipal de Finanças informou que Refis 2025 não será prorrogado

digital às aplicações do governo federal), conforme regras estabelecidas em sistema;

Segundo: enviando digitalmente documento válido e selfie do rosto;

Terceiro: utilizando o e-cpf. As empresas também podem aderir ao Refis 2025 de forma virtual, pelo Ambiente Exclusivo. Para isso, é preciso ter o Certificado Digital e-CNPJ dentro da validade. Ainda de acordo com a Prefeitura, o cidadão encontra todas as informações pela página <https://campinas.sp.gov.br/sites/refis>

O parcelamento de dívidas tributárias (IPTU, ISS, ITBI, Taxa de Lixo e autos de infração

principal desses impostos) poderá ser feito em até 60 vezes.

À vista, com 70% de desconto em multas e juros moratórios; de 2 a 6 parcelas, com 60% de desconto em multas e juros moratórios; de 7 a 12 parcelas, com 50% de desconto em multas e juros moratórios + 6% ao ano de juros compensatórios; e de 13 a 60 parcelas, com 40% de desconto em multas e juros moratórios + 6% ao ano de juros compensatórios.

Para dívidas acima de R\$ 1 milhão, há a possibilidade de parcelamento de 60 a 96 vezes, com 30% de desconto em multas e juros moratórios + 6% ao ano de juros compensatórios.

Dívidas não tributárias

No caso de multas e autos de infração do Procon, Cofit e Vigilância Sanitária, e de autos de infração tributários acessórios, o desconto pode chegar a 15% do total do débito.

À vista, com 15% de desconto; de 2 a 6 parcelas, com 13%; de 7 a 12, com 12% de desconto + 6% ao ano de juros compensatórios; de 13 a 60, com 10% + 6% ao ano de juros compensatórios; e de 60 a 96 (apenas para dívidas acima de R\$ 1 milhão), com 8% + 6% ao ano de juros compensatórios.

Prefeitura nomeia mais 17 concursados

A Prefeitura de Campinas (SP) está chamando mais 17 aprovados em concursos públicos, que vão atuar em diversas áreas da Administração Municipal. Os nomeados têm 15 dias para enviar os documentos e tomar posse. Receberão um e-mail com o link para o enviá-los. Já a relação dos nomes, pode ser consultada pelo www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial/.

"A partir da nomeação, o prazo para envio dos documentos e assinatura da posse começam a correr. Ao ser nomeado, o ideal é já solicitar os documentos, já que muitos não saem no mesmo dia", afirma o diretor de Administração de Gestão de Pessoas, Cleber Rodrigues. "Em caso de dúvidas, eles devem nos procurar o quanto antes e nunca deixar para a última hora", completa.

Ainda segundo Rodrigues, a posse é a última etapa do concurso e também é eliminatória, caso o profissional perca o prazo.

Além do link enviado no e-mail dos convocados, a relação dos documentos também pode ser consultada no link Concursos e Empregos (<https://campinas.sp.gov.br/sites/concursos/pagina-principal>).

Foram chamados: um agente de educação infantil, um orientador pedagógico, um agente ambiental, um agente de controle ambiental, um agente de suporte em tecnologias, três agentes administrativos, um terapeuta ocupacional, um agente de organização escolar, um médico ortopedista, um psicólogo, três agentes de apoio à saúde e quatro de farmácia.

1.456 servidores

Desde janeiro, já foram admitidas 1.456 pessoas, a grande maioria aprovada em concursos públicos ou processos seletivos.

Educação lidera com 670 novos profissionais; para a Saúde, foram 369 contratações. O cargo com mais admitidos é o de educação infantil (202), seguido por professores (145), agentes administrativos (124), técnico em enfermagem (83) e especialista em educação (74).

Dos admitidos este ano, 1.071 são mulheres e 385 são homens. Com relação à cor, 891 se declararam brancos; 375 pardos; 168 pretos; 20 amarelos e dois indígenas.

Ministério Público apura afastamentos tirados por médicos que atendem SUS

Fernanda Sunega/ Prefeitura de Campinas

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) vai investigar possíveis irregularidades em licenças tiradas por médicos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Carlos Lourenço, em Campinas (SP) - que atende pelo SUS e compõe o sistema de saúde prestado pela Prefeitura.

De acordo com as denúncias, há pelo menos 600 dias de afastamentos em 2025, incluindo atestados de cunho ginecológico e de cunho pediátrico para homens. A maior parte das licenças foi pedida entre quintas-feiras e domingos.

O Poder Executivo municipal já está apurando o caso por meio de uma sindicância interna aberta na Rede Mário Gatti - autarquia que responde pela saúde municipal.



Unidade de Pronto Atendimento Carlos Lourenço

Levou o caso também ao Cremesp (Conselho Regional de Medicina), que também já está apurando as ocorrências.

A UPA dispõe de 36 clínicos gerais, todos concursados. Entre eles, há um médico que tirou 155

dias de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) - afastamento em que o servidor segue sendo remunerado. Há também profissionais que ficaram afastados por mais de 70 dias.

A média salarial desses médi-

cos é de R\$ 26 mil para quem trabalha 36 horas por semana e de R\$ 20 mil para os que cumprem 24 horas semanais.

Entre as penalidades previstas, processo ético-profissional, advertência, suspensão do médico e cassação do registro profissional, impedindo o médico de atuar.

O vereador Vini Oliveira (Cidadania) também denunciou o caso ao Ministério Público.

Baseou-se em denúncias de pacientes e de servidores da saúde, que relatam gargalos no atendimento devido aos afastamentos. Baseou-se ainda em notícias veiculadas na imprensa.

A denúncia do parlamentar será juntada nos autos. Já a investigação, ficará a cargo do promotor de Justiça, Daniel Zulian.